

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

1. Informações gerais

A **Regional Sul Airport SPE S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Jaguaruna na Rodovia Lussa Librelato, s/n, Bairro Retiro, localizada no Estado de Santa Catarina. A Companhia foi fundada em 03 de abril de 2025.

A Companhia tem por objeto social a execução do contrato de concessão patrocinada firmado com o Estado de Santa Catarina para exploração, operação, manutenção, ampliação e modernização do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi. O objeto do contrato compreende a exploração, manutenção e expansão da infraestrutura aeroportuária para o atendimento da demanda de aviação regional. A Companhia é decorrente do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 0485/2024 destinada à exploração de serviços aeroportuários do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi - Aeroporto de Jaguaruna, em 01/10/2024, na sede da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, localizada na Rua XV de Novembro, n.º 275, Centro, em São Paulo-SP. Incluindo a operação, manutenção, conservação, ampliação e exploração da infraestrutura aeroportuária, compreendendo pista de pouso e decolagem, pátio de aeronaves, terminal de passageiros e demais instalações vinculadas ao contrato de concessão. Compete à Companhia manter, às suas expensas, os bens integrantes da concessão em adequado estado de funcionamento, conservação e segurança, realizando as reparações, renovações e adaptações necessárias ao adequado desempenho dos serviços concedidos.

A concessão patrocinada consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação.

O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos com início em abril de 2025.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e administradores da Companhia em 30 de abril de 2026.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas adotadas pela Administração, baseadas na melhor informação disponível na data de sua elaboração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

2. Base de preparação--Continuação

fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, à elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto do valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos reconhecidos prospectivamente. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Administração acompanha a evolução da regulamentação e avalia seus potenciais efeitos, os quais serão reconhecidos e divulgados oportunamente, quando passarem a ser mensuráveis e aplicáveis. Até a presente data, não foi identificado impacto material sobre o reconhecimento, mensuração ou divulgação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), os quais são classificados a Valor Justo por meio de Resultado (VJR).

3.2. Ativos intangíveis

Contrato de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura aeroportuária – ICPC 01 (R1)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais -- Continuação

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

3.3. Intangível líquido

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível.

O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

O contrato de concessão estabelecido entre a Secretaria do Estado de Transportes e Obras Públicas do Estado de Santa Catarina e Regional Sul Airport SPE S.A. prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente e a cobrança pela concessionária de tarifas a serem pagas pelos usuários do Regional Sul Airport SPE S.A.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido.

Amortização

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização do ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.4. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais -- Continuação

indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Companhia avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios.

3.6. Provisões

3.6.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

3.6.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

3.7.1. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, em conformidade com as características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos e do modelo de negócios adotado pela Companhia para sua gestão, que consiste na geração de fluxos de caixa com finalidade exclusiva de pagamento do principal e de juros.

As compras ou vendas desses ativos financeiros exigem sua entrega dentro de um prazo estabelecido e reconhecido na data da negociação.

3.7.2. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo regime do **Lucro Presumido**, sendo o imposto de renda da pessoa

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) apurados trimestralmente mediante aplicação dos percentuais de presunção previstos na legislação tributária sobre a receita bruta, acrescidos das demais receitas tributáveis, quando aplicável. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder o limite legal, e a contribuição social à alíquota de 9%. Em razão do regime tributário adotado, a Companhia não reconhece ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, salvo nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

3.9. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros.

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.10. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.11. Fornecedores

São obrigações a pagar por aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante quando vencíveis no prazo de até doze meses. Quando o vencimento ocorrer após esse período, são classificadas no passivo não circulante.

3.12. Apuração de resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.13. Receitas

As receitas líquidas são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

Concessão patrocinada

A Companhia atua na qualidade de administradora de aeroportos e outras atividades em conformidade com o contrato de concessão.

Tarifas de pouso e permanência

A Companhia atua na prestação de serviços de utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave.

Tarifas de embarque e navegação aeroportuária

A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros.

Estacionamento

A Companhia presta serviços de estacionamento e permanência de veículos nas dependências do aeroporto.

Serviços de apoio a aeronaves (*handling*)

A Companhia presta serviços de apoio a aeronaves, passageiros, carregamento e descarregamento de bagagem.

A receita proveniente dos serviços é reconhecida no resultado mensalmente.

Locações de áreas

São decorrentes de contratos de locação com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Durante o exercício de 2025, em razão do início das operações em dezembro, a Companhia auferiu exclusivamente receitas provenientes de locações de áreas, não tendo ocorrido receitas operacionais relevantes decorrentes da exploração aeroportuária.

3.14. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2025 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Caixa	0
Aplicações financeiras (i)	23.939,05
Numerários em trânsito	0
	23.939,05

(i) As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos relevantes de contas a receber.

6. Tributos a recuperar

	2025
IRRF sobre aplicação financeira	0,66

7. Intangível líquido

	2025
Direito de Concessão (i)	
Saldo inicial	0
Adição	5.473.763,25
Amortização	0
Saldo final	5.473.763,25

- (i) Correspondem às renovações, adequações e adaptações realizadas na infraestrutura, necessárias para assegurar a continuidade, a eficiência operacional e o adequado desempenho dos serviços prestados. Ativo corresponde ao direito de exploração da infraestrutura aeroportuária. O ativo intangível refere-se aos investimentos realizados na infraestrutura aeroportuária em decorrência das obrigações assumidas no contrato de concessão patrocinada, reconhecido conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Os investimentos realizados na infraestrutura aeroportuária foram reconhecidos como ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1), sendo amortizados durante o prazo da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

8. Obrigações trabalhistas e sociais

As obrigações encontram-se integralmente vencíveis no exercício seguinte.

	2025
Salários a pagar	22.991,61
Encargos sobre salários	10.201,32
Férias e encargos a pagar	0
	33.192,93

9. Impostos e contribuições a recolher

Os tributos referem-se às obrigações correntes decorrentes das operações realizadas no exercício.

	2025
PIS a recolher	27,54
COFINS a recolher	127,11
CSLL a recolher	125,53
IRPJ a recolher	204,55
	484,73

10. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía processos judiciais ou administrativos de natureza trabalhista, tributária ou cível classificados como de perda provável ou possível, conforme avaliação de sua assessoria jurídica. Dessa forma, não foram constituídas provisões para contingências, tampouco há valores a serem divulgados.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 8.500.000,00, dos quais R\$ 5.851.597,90 encontram-se integralizados, estando representado por 8.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas conforme demonstrado a seguir.

Porcentagem (%) em Ações: RDL – Operações Aereas Ltda 21.860.298/0001-80, PLANATERRA – Terraplanagem e Pavimentação Ltda. 82.743.832/0001-62 e ENGEMASS – Engenharia e Construção Ltda 07.289.188/0001-89.

A Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado, constituída conforme a legislação societária vigente, tendo seu capital social subscrito no montante de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

11. Patrimônio líquido -- Continuação

Até a data-base das demonstrações contábeis, o capital social encontra-se parcialmente integralizado pelos acionistas, conforme demonstrado abaixo:

Acionista	Participação no Capital Social	Quantidade de Ações Subscritas	Capital Subscrito (R\$)	Capital Integralizado (R\$)
RDL	36,00%	3.060.000	3.060.000,00	2.851.597,90
Planaterra	30,00%	2.550.000	2.550.000,00	1.500.000,00
Engemas	34,00%	2.890.000	2.890.000,00	1.500.000,00
Total	100,00%	8.500.000	8.500.000,00	5.851.597,90

A diferença entre o capital social subscrito e o capital integralizado, no montante de R\$ 2.648.402,10, corresponde ao capital a integralizar pelos acionistas, conforme condições estabelecidas nos atos societários da Companhia.

A Companhia encontra-se em fase inicial de suas atividades e, durante o exercício, **não ocorreram alterações no capital social**, tais como aumento, redução ou emissão de novas ações.

11.2. Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a reserva legal corresponde a 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social. Em razão do prejuízo apurado em 2025, não houve constituição de reserva legal.

11.3. Destinação do lucro líquido

Conforme previsto no Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, o lucro líquido do exercício, quando existente, terá a seguinte destinação:

- (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e
- (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios.

Em 2025 a Companhia não obteve lucros.

12. Receita líquida

A Administração entende que a receita do exercício não é comparável à expectativa de geração futura de receitas da concessão.

	2025
Locações de áreas	4.237,00
(-) Tributos sobre a receita	(154,65)
	4.082,35

A reduzida receita auferida no período decorre, principalmente, do início da vigência da concessão da Companhia, cujas operações foram iniciadas em 15 de dezembro de 2025, refletindo apenas um curto período

de atividade até o encerramento do exercício. As operações aeroportuárias iniciaram-se em dezembro de 2025, razão pela qual a receita do exercício não é representativa da capacidade

12. Receita líquida -- Continuação
operacional da Companhia.

13. Custos dos serviços prestados

	2025
Custo de pessoal	33.192,93
Prestadores de serviços	20.937,00
Seguros	21.459,51
Gerais	144.038,98
	219.628,42

14. Resultado financeiro líquido

	2025
Descontos obtidos	0,01
Receitas de aplicações financeiras	178,37
Juros e multas recebidos	0
Outras receitas financeiras	0
Receitas financeiras	178,37
Despesas bancárias	(796,60)
Juros e multas	(901,04)
Outras despesas financeiras	0
Despesas financeiras	(1.697,64)
Resultado financeiro líquido	(1.519,27)

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é tributada pelo regime do Lucro Presumido. Os tributos correntes foram calculados de acordo com a legislação vigente, mediante aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta tributável do período. Em razão do reduzido volume de receitas auferidas durante o exercício de 2025, os valores de IRPJ e CSLL reconhecidos nas demonstrações financeiras não foram relevantes.

16. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui exposição relevante aos riscos de mercado decorrentes de variação cambial ou taxas de juros.

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

16.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

16. Instrumentos financeiros -- Continuação

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

16.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

16.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

17. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- (i) Seguro garantia R\$ 3.217.102,04;
- (ii) Seguro de responsabilidade civil R\$ 500.000,00;
- (iii) Seguro materiais, patrimoniais e prediais R\$ 4.000.000,00.

18. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 (Em Reais – R\$)

18. Eventos subsequentes -- Continuação

Embora as atividades operacionais tenham sido iniciadas em dezembro de 2025, a plena operação comercial da concessão ocorrerá durante o exercício de 2026.

LUCIANE KINCHESKI
Presidente

EGLON ANDERSON BURASESKA
Diretor

CLEWERTON CEZAR MASNIK
Conselheiro de Administração

MAICON DE STEFANI MEDEIROS
Contador
SC035641-O7